

Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe

Sérgio Luiz Ferreira*

Resumo: Este artigo procura discutir de forma genealógica, na acepção de Michel Foucault, a forma de transmissão de sobrenomes numa freguesia de colonização açoriana da Ilha de Santa Catarina. O principal objetivo é demonstrar que a transmissão de sobrenome não é uma questão de gênero, como muitos pensam, mas uma questão de classe social.

Palavras Chave: família, sobrenome, classe social, açorianos.

Abstract: This article intends to discuss from genealogy point of view, according to Michel Foucault, the way to transmit the last name in the parish of azorean colonization from the Santa Catarina island. The main objective is to show that the last name is not the gender subject, as most of people think, but it is a social class issue.

Keywords: family, last name, social class, azoreans

Será possível convidar para a mesma mesa, Foucault, Nietzsche, Henry e Fleury?

À primeira vista parece que uma conversa entre eles não seria muito produtiva. Henri e Fleury são os fundadores da demografia histórica, na década de 1950, na França. Este modelo já deu provas de que não se adapta à realidade luso-brasileira, mas abriu perspectivas para um novo olhar sobre os estudos demográficos.

Michel Foucault, inspirado em Friedrich Nietzsche, propôs aos historiadores a abordagem genealógica da histórica. Pensei, então, porque não uma abordagem genealógica, na perspectiva de Foucault, dos dados genealógicos propriamente ditos? Se a abordagem genealógica serve para qualquer análise histórica, há de servir para aquele ramo do saber do qual lhe empresta o nome, pois não?

Segundo Foucault:

A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da 'origem'.¹

* Doutorando em História da UFSC, sob a orientação da professora doutora Joana Maria Pedro

Aqueles que se interessam pela pesquisa de sua árvore genealógica, de modo geral, estão justamente em busca de sua origem. Muitas vezes, estão interessados apenas na linhagem paterna do seu sobrenome. Ao se depararem com a realidade de que descendem de um povo inteiro, percebem que não há origens a serem encontradas. Existem, no máximo, alguns “começos” mais próximos. Não há possibilidade de chegar a Adão e Eva. Esta tentativa pode ser uma forma de tentar estabelecer uma genealogia à moda da árvore genealógica de Jesus Cristo que consta no Evangelho de Lucas. Nesta passagem da Bíblia, o evangelista enumera os que seriam os 76 ascendentes masculinos de Jesus Cristo até Adão. Aliás, na genealogia de Lucas, só há homens na ascendência de Cristo. Já na genealogia do evangelista Mateus, que vai de Davi a Jesus, aparecem algumas mulheres.

De modo geral, o pesquisador quando vai às fontes está preocupado com determinado sobrenome. Geralmente procura aquele que carrega em seu próprio nome ou aquele que julga ser o mais nobre. Aliás, a nobreza é sempre evocada por muitos genealogistas profissionais. Veja-se o caso das empresas especializadas em brasões de família. A história de toda família começa sempre com os dizeres “a nobre e antiga família”. Qualquer sobrenome é sempre nobre e antigo. Não há, na história desses brasões, nenhuma família plebéia ou nova. É bem verdade que brasão é privilégio de nobres, mas todo sobrenome encontra abrigo no rol de brasões destas empresas especializadas.

A meta do pesquisador genealogista de encontrar sua ascendência esbarra muitas vezes na ausência de certos dados essenciais nos registros paroquiais. Por exemplo, quando o batizado é filho de mãe solteira não aparece o nome do pai e isto se torna um obstáculo para descobrir a sua ascendência paterna. Geralmente, quando se ignora o nome do pai da criança, é costume dizer que é “filho das ervas”. O mesmo acontece quando o casal não é casado no religioso. No entanto, encontrei muitos assentos em que o padre escreveu o nome do pai, mesmo sendo a criança um filho natural. Estes casos aconteceram quando o pai era abastado ou estrangeiro. Aliás, os padres sempre respeitavam bastante os ricos e os estrangeiros. Segundo Foucault, a história deve ser pensada com um campo de relações de força e cabe ao historiador apreender o diagrama, percebendo como se constituem os jogos de poder. A forma como estes assentos eclesiásticos são redigidos demonstra de forma clara como se dão estas relações de poder. Por exemplo, os militares têm sempre sua patente citada no registro, bem como suas esposas são chamadas de dona e têm sobrenome. Já os

pais pobres podem mudar de sobrenome de um assento para o outro e as mães dificilmente têm sobrenome, são geralmente Maria de Jesus, do Sacramento, do Amor Divino, do Espírito Santo ou de Santo Antônio.

Mas o que caracteriza a história genealógica? Parece que uma história genealógica não está interessada em recuperar o que os documentos dizem, como se um passado dele emanasse e pedisse para ser revelado, ou para utilizar um termo muito em voga hoje no senso comum, resgatar o passado. A tarefa do historiador não é encontrar a finalidade do processo histórico nem a necessidade objetiva que se expressa em leis que organizam a ordem natural do mundo, a história global. Trabalhar de forma genealógica os documentos significa tomá-los enquanto monumentos. Isto significa recusar a crença na transparência da linguagem e a cristalizada certeza de encontrar através dos documentos o passado tal e qual. A história nesta perspectiva não pretende “resgatar” a verdade intrínseca nos documentos através da sua interpretação, mas “trabalhá-los desde o interior, elaborá-los”, como afirma Foucault em A Arqueologia do Saber.

Minha pesquisa tem sido a partir dos registros civis e religiosos da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades da Praia Comprida, atual distrito de Santo Antônio de Lisboa, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Dessa forma, todos os dados a que me refiro neste trabalho foram coletados nesta paróquia.

Um assento de casamento que me chamou a atenção nesta pesquisa foi o de João Luzia da Ventura e de Marcolina Maria de Lima. No registro civil do casamento (27 de abril de 1912) está a observação de que o matrimônio foi realizado por “ordem do senhor sub-delegado, o Coronel José Antônio de Lima”. Foi o único registro em Santo Antônio de Lisboa que encontrei referência tal. Percebam que se trata de um casamento civil, segundo a lei republicana de 1890. O escrivão ao anotar esta observação no assento estava explicitando uma relação de poder bastante nítida. Pelo visto, o coronel, que era compadre do governador Hercílio Luz, realmente mandava na região.

Dentre os vários mitos de origem das famílias no Sul do Brasil está um muito recorrente, sobretudo entre descendentes de alemães e italianos, que diz que todos que carregam o mesmo sobrenome pertencem à mesma família. Diz que vieram dois ou três irmãos e que um foi para o Rio Grande do Sul, outro que ficou em Santa Catarina e outro que foi para o Paraná, mas são todos parentes. Outro mito muito comum que encontrei,

sobretudo entre os descendentes dos alemães chegados a Santa Catarina em 1829, foi a de que seu antepassado alemão veio da Europa fugido da guerra de navio, dentro de um caixote. Ele teria ficado tanto tempo dentro do caixote que sua barba saía pelas frestas.

Este mito de origem repetido por tantas famílias é instigante, uma vez que estes descendentes de alemães estabelecidos em São Pedro de Alcântara (SC) vieram numa leva de migrantes registrados com o rol de embarcados. Um dos casos que conheço, é o de Miguel Pitz. Sobre ele, os descendentes contam esta história de fuga. Mas, encontrei o registro da chegada dele com a esposa, Maria Zirchen e seus quatro filhos. Ora, se vieram de forma legal, por que os descendentes contam uma história de fuga? Será uma forma de dizer que não vieram por livre escolha para o Brasil?

Entre os brasileiros de ascendência lusa não é possível buscar a origem através do mesmo sobrenome como é recorrente entre os alemães ou italianos.

No Brasil as tentativas de organizar os dados demográficos à moda francesa não deram muitos resultados. A demografia histórica, nascida na França nos anos de 1950², tem utilizado o método de reconstituição de família que consiste em organizar os dados a partir dos sobrenomes de família. Este método é conhecido como o Método Fleury-Henry. Para o caso português e brasileiro é inútil tentar trabalhar a partir dos sobrenomes. Temos casos de paróquias já estudadas em Santa Catarina, em que o pesquisador arrola os sobrenomes, como se à moda francesa, os sobrenomes fossem transmitidos ininterruptamente. Há livros publicados em Santa Catarina onde aparecem que para a freguesia tal vieram tantos Conceição, outros tantos Jesus, outros tantos Ferreira, quando, na realidade, podem ser todos irmãos com sobrenomes diferentes.

Como nos afirma, Maria Norberta Amorim: “De fato, é comum nos registros portugueses que o mesmo indivíduo oscile de apelidos [sobrenomes] de um registro para outro, em função de ligações familiares mais fortes no momento, ao critério do redator paroquial”.³

Essa situação acontece muito comumente com as mulheres, que muitas vezes chegam a ser registradas com um sobrenome em cada batizado de filho. No entanto, o fato também acontece com muitos homens, sobretudo entre as classes populares.

É preciso dizer desde já que a questão da transmissão de sobrenome é uma questão de classe e não de gênero como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias em Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX:

Tinham (as mulheres) o costume sugestivo de abandonar os nomes de família e adotar nomes próprios, a que o recenseador acrescentava às vezes um respeitoso “dona”. Cerca de um terço conservava nomes de família, por vezes ilustres, dos mandões da terra. Entretanto, a grande maioria assumia nomes como Ana Gertrudes de Jesus, Maria da Cruz, Madalena de Jesus, Gertrudes do Espírito Santo, Joaquina Josefa da Anunciação... Talvez porque tivessem nascido bastardas, ou porque vivessem em concubinato, mais provavelmente porque não tinham os meios decentes de sobrevivência, impostos pelos padrões da terra.⁴

Na realidade esta atitude de abandonar o sobrenome não era exclusividade das mulheres, muitos homens também faziam isso. Quem eram, então, estes homens e mulheres que abandonavam os sobrenomes? Geralmente os mais pobres, que nada tinham a herdar em termos de posse de terra ou de tradição familiar. Entre as famílias abastadas o sobrenome, muitas vezes duplo, se perpetua por mais de dois séculos. Este indicativo da sobrevivência do sobrenome de família proprietária é tão forte que temos vários casos na freguesia de pessoas que inverteram o sobrenome. Ou seja, colocaram o sobrenome menos “importante” do pai primeiro e o sobrenome da mãe, digamos mais “chique”, por último. Isto demonstra claramente que a questão de classe é mais importante do que a de gênero na transmissão do sobrenome.

Para efeito de entendimento do que caracterizo como classe social na freguesia devo dizer que a classe abastada era constituída pelos proprietários de grandes extensões de terra e de engenhos de farinha e de cana-de-açúcar, dos proprietários de parcelas de pesca (canao bordada e rede de arrasto) e pelos comerciantes (negociantes de produtos agrícolas e donos de venda). Quase todos estes proprietários, no século XIX, possuíam escravos. Os abastados moravam em casas de pedra e cal, construídas paralelas às estradas, no limiar dos terrenos, junto às calçadas, com amplas salas dianteiras. A quantidade de janelas fronteiras determinava as posses do proprietário, no mínimo três e no máximo cinco janelas. As alcovas de dormir ficavam entre as salas dianteiras e a cozinha que ocupava toda a extensão dos fundos da casa. As casas eram caiadas, cobertas de telhas de barros e forradas. A mobília, mesmo nas casas dos ricos, era escassa. Na sala tinham-se marquesas e cadeiras. Nas alcovas camas de casal, onde várias crianças dormiam. As roupas eram guardadas em

caixas e baús. Na cozinha havia o fogão à lenha feito de tijolos, uma grande mesa ladeada de bancos compridos, uma cristaleira e o guarda-comida (armário com tela onde a comida que sobrava do jantar aguardava a hora da ceia). As refeições eram o aparadinho (café puro ao levantar), almoço às nove horas (café com acompanhamento, podia ser peixe frito), jantar ao meio dia, café da tarde pelas três horas e ceia à boca da noite. O pão de cada dia era o biju, feito de massa de mandioca e guardado no paiol no meio da farinha.

Os pobres, de modo geral, plantavam suas roças em terras alheias ou comunais e faziam a farinha de mandioca em engenhos emprestados. Ao fim da farinhada, deixavam um terço da produção ao proprietário do engenho. Mesmo os que viviam da agricultura, costumavam ter sua tarrafa de peixe e camarão. Além do mar, pescavam no Rio Ratonés, geralmente à noite. O peixe era a base alimentar, o conduto, mesmo na região agrícola de Ratonés. Já os pescadores raramente tinham roça de mandioca, que exige mais cuidado e tempo disponível. Geralmente plantavam culturas, cuja safra se dá em três meses, por exemplo, feijão, milho e amendoim no mês de janeiro, quando a pescaria é mais escassa e também no mês de agosto. Sobretudo estes, dificilmente tinham terras para plantar. Suas roças eram feitas em terras alheias, a quem pagavam a terça (terça parte da produção), em terras comunais ou em terrenos do Senhor dos Passos. As casas dos pobres, dificilmente eram de pedra e cal, geralmente eram feitas de pau-a-pique, taipa, conhecidas na região como casas de estuque. A casa era feita da seguinte forma: paus fincados no chão, taquaras de bambus entrelaçados e barro amassado com os pés, e que eram arremessados contra as treliças de bambu. Aliás, as construções destas casas eram sempre feitas em regime de mutirão. À medida que o barro ia caindo com o tempo, enfiava-se trouxas de “barba de velho” nos buracos. O piso era de chão batido e o telhado era de telhas de calha, moldadas geralmente nas coxas. Daí surgiu a origem da expressão “feito nas coxas”. As casas dos agricultores eram geralmente afastadas das estradas, no meio dos cafezais. As casas dos pescadores eram próximas das praias. Na casa dos muito pobres a esteira de talo de bananeira era a mobília básica, servia de mesa para comer e de cama para dormir. O fogo era feito no chão com a panela apoiada por três pedras ou na trempe (peça de ferro em forma de arco com três pés onde se apoiava a panela).

Outra observação a fazer sobre a questão colocada por Maria Odila é de que não só as bastardas ou as concubinas não usavam sobrenome. Muitas filhas e filhos de família

regulares, para usar a terminologia da demografia histórica, também não usavam sobrenome, bem como homens e mulheres mesmo casados no religioso.

Na freguesia das Necessidades todos os sobrenomes que na realidade são prenomes, como Aparício, Januário, Felipe, Marciano, Henrique e outros são casos de pessoas que abandonaram o sobrenome e passaram a utilizar o prenome que estava mais em evidência. Além desse costume, havia também a tradição de se utilizar alcunhas para designar determinadas famílias.

Marshall Sahlins que estudou aldeias de ilhas do Pacífico em Ilhas de História, diz que “de acordo com a definição tradicional, o povo, as pessoas comuns são aquelas que não são capazes de traçar sua genealogia para além de seus avós”.⁵ É exatamente assim que acontece na freguesia estudada. Ora, se não se consegue traçar a genealogia, o sobrenome também não tem grande importância, e o prenome do avô ou do pai torna-se mais significativo. E Sahlins diz ainda que muitos desses que não conhecem sua genealogia, são muitas vezes descendentes de antigos chefes que, por sucessivas derrotas, perderam seus privilégios.⁶ Na freguesia em questão acontece a mesma coisa, temos vários descendentes dos primeiros maiores da terra, de oficiais da Guarda Nacional, de Cavaleiros da Ordem de Cristo, que não têm a memória destes antepassados.

É preciso ainda lembrar que estamos falando de uma população que, de modo geral, é composta por 75% de descendentes de açorianos. Esta população de origem açoriana, até bem pouco tempo se dizia sem origem. Marshall Sahlins mais uma vez faz uma observação que muito nos ajuda a pensar esta realidade:

O missionário Hunt, falando dos nativos de Fiji, diz que “eles praticamente nada sabem sobre seu passado. Sua origem e história são para eles um completo mistério... Malani de Lakemba foi considerado por Hocart como sendo bastante tagarela, mas pouco sabia, por ter sido criado entre pessoas comuns e não entre os nobres.”⁷

Ou seja, o passado remoto parece não importar às pessoas comuns. “No limite, o povo está à beira de uma ausência de história... reduzindo desse modo a memória genealógica da maioria das pessoas comuns às lembranças pessoais”.⁸ É importante lembrar que lá se trata de uma sociedade sem escrita e cá se refere a uma localidade em que até bem pouco tempo os alfabetizados eram a minoria da população. “As pessoas comuns têm centenas de parentes que são contemporâneos seus, sobre os quais ‘falam histórias’”.⁹ Ou

seja, a memória das pessoas comuns é horizontal, não tem a preocupação vertical dos que se acham nobres. Minha avó Emília Ferreira (Miloca) contava histórias de muitas pessoas quase todas que elas conheceu. No entanto, de seus antepassados a pessoa mais antiga que ela contava história era de sua bisavó, Senhorinha Maria da Cunha Goulart, a quem ela conheceu. Vó Miloca nunca contou histórias de seu trisavô, Jorge da Rosa, que era açoriano da Ilha do Faial e que ela não conheceu.

Vamos, então, ver os casos encontrados de trocas ou abandono de sobrenomes. Primeiramente, um caso de troca de um sobrenome por um sobrenome duplo que permanece por várias gerações. É o caso de Francisco Pereira Machado, natural da Ilha de São Miguel, aqui chegado em 1750 e que tem muitos descendentes ainda hoje na região utilizando o mesmo sobrenome duplo. Ele era filho de Sebastião de Souza Beirão e de Maria da Estrela. Não consegui identificar a origem do sobrenome Pereira Machado. Não sei se era originário dos avós maternos ou do padrinho. Um filho de Francisco Pereira Machado e de Angélica Maria da Silva, o Tenente Coronel Antônio Pereira Machado, recebeu a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo quando da visita de Dom Pedro II à freguesia em 1845. O fato é que os Pereira Machado são o exemplo de utilização de dois sobrenomes juntos por mais de dois séculos no Brasil. No entanto, se formos pesquisar seus ascendentes nos Açores, este sobrenome duplo, tão presente aqui, não será relevante lá.

Outro caso é o do abandono do sobrenome. Por exemplo, Henrique Antônio da Ventura era descendente de Manoel da Ventura Mesquita, natural do Porto. Henrique se casa com Justina Maria da Rocha e falece em 1868, aos 36 anos de idade, deixando sete filhos. Dentre os que alcançam a maioridade, somente um utilizará o sobrenome do pai, se chamará José Antônio da Ventura. Outros dois usaram o sobrenome da mãe, Manoel Henrique da Rocha e Henrique Antônio da Rocha Júnior. Este último será Henrique Antônio como o pai, mas utilizará o sobrenome Rocha, acrescentando o Júnior. Entre os filhos de Manoel Henrique da Rocha, teremos Macário Manoel Henrique da Rocha e Afonso Manoel Henrique, alcunhado de Pequeninho. Afonso não usará o Rocha bem como sua esposa que se chamará Paula Regina Henrique. Já os filhos usarão o sobrenome Rocha. Aqui vemos o que a professora Maria Norberta Amorim já observou para o caso português, a morte do pai fez com que os filhos utilizassem o sobrenome da família da mãe, que por certo se tornou referência mais forte.

Outro caso é o da inversão dos sobrenomes, ou seja, a composição de colocar primeiro o sobrenome do pai e por último o da mãe. É o caso da família Pereira Serpa que teve entre outros descendentes, o Cônego José Fabriciano Pereira Serpa, que foi vigário de Santo Antônio por 53 anos. O pai do Cônego era o Alferes José Pereira Serpa, filho do Alferes João José Pereira e de Dona Floriana Rosa de Serpa. Dentre os filhos de João José e de Floriana Rosa, apenas José Pereira Serpa e Francisco de Assis Pereira Serpa utilizarão o sobrenome Pereira Serpa, os outros utilizarão apenas o sobrenome Pereira: Venâncio José Pereira, Francisca de Assis Pereira, Floriana Amália Pereira, Mariano José Pereira, Júlia Custódia Pereira e Leopoldina Carolina Pereira Cabral, que se casou com José de Vasconcelos Cabral.

Na família Dias de Lima aconteceu a mesma coisa. A família utiliza este sobrenome composto a partir de João Francisco Dias de Lima, nascido em 1820. Ainda hoje muitos de seus descendentes utilizam os dois sobrenomes. João Francisco era filho de Manoel Francisco Dias e de Águeda Jacinta de Jesus. Seus avós paternos eram Francisco Dias Baião, natural do Porto, e Cipriana Rosa de Jesus, maternos eram Felipe Antônio de Lima e Antônia Jacinta. Para compor o seu nome João Francisco colocou o sobrenome do pai primeiro e o do avô materno como segundo. Temos assim os Dias de Lima há quase duzentos anos.

Estas duas famílias são exemplos de inversão de sobrenomes, onde a família da mãe era mais abastada que a família do pai. A ascendência econômica, ou o prestígio falou mais alto do que a questão de gênero.

Outra situação é a troca do sobrenome pelo nome de um santo. João Damasceno Machado, nascido em 1880, era filho de Manoel Caetano Machado e neto de José Caetano Machado. Ficará conhecido como João Queitano (forma local de pronunciar Caetano). Apesar de não ter o Caetano no nome, o fato de duas gerações da família terem utilizado esse prenome fará com essa família ficasse assim conhecida. João Damasceno Machado teve um filho que utilizará o nome de Nilo João Damasceno, nascido em 1912. Dessa forma seus descendentes deixaram de ser Machado e se tornaram Damasceno, no entanto, Nilo era conhecido como Nilo Caetano. Há algum tempo um neto de Nilo João Damasceno me apareceu com o brasão da família Damasceno, dizendo que sua família era originária de Damasco, na Síria. Precisei lhe dizer que o Damasceno que carrega como sobrenome

começou com seu avô e que seu bisavô recebeu o nome de João Damasceno em homenagem ao São João Damasceno, também chamado João Mansur, santo católico que era comemorado em 27 de março e que hoje é celebrado a 4 de dezembro.

O mais comum, no entanto, é o abandono dos últimos sobrenomes. Como sempre se colocava o nome do pai no filho, quando o nome ia se tornando muito extenso, abandonava-se o último sobrenome. É o caso de Manoel Januário Homem, nascido em 1884, filho de Januário Deolindo Homem e de Carlota Jacinta da Silva. Januário Deolindo Homem era filho de Deolindo Francisco Homem e de Laureana Antônia Rosa. Deolindo era filho de Francisco José Homem e de Rosa de Jesus. Laureana era filha de Januário de Souza Bitencourt e de Joaquina Rosa de Jesus. Manoel Januário Homem será conhecido, no entanto, como Mané Carrelota, forma local de dizer Carlota, que era sua mãe. Os filhos de Manoel Januário Homem utilizarão os nomes Paulo Manoel Januário e Thomaz Manoel Januário, apesar de serem conhecidos como Paulo Carrelota e Thomaz Carrelota. O que vemos aqui é que os filhos de Manoel Januário Homem não usarão o sobrenome Homem, ficarão com o prenome do bisavô de Manoel Januário Homem, Januário de Souza Bitencourt, apesar de serem conhecidos pelo prenome da avó, Carlota Jacinta da Silva (Carrelota). Aliás, apesar de ter conhecimento de prenomes femininos que se tornaram sobrenomes em outros lugares, não encontrei sequer um caso assim na freguesia estudada. Apesar de algumas famílias serem conhecidas por prenomes femininos em nenhum o prenome feminino se tornou sobrenome de fato.

Com os filhos de Manoel Aparício da Cunha e Julia Ana Medeiros da Silva Peres acontecerá o mesmo que houve com a família de Manoel Januário Homem. Os filhos de Manoel Aparício da Cunha se chamarão Apolônio Manoel Aparício e Saturnino Manoel Aparício. Hoje a maioria dos seus descendentes utiliza o sobrenome Aparício e alguns, o sobrenome Cunha.

Hercílio Pedro Marciano e Raulino Pedro Marciano são dois irmãos nascidos respectivamente em 1919 e 1921 na Barra de Sambaqui. Seus filhos carregam o sobrenome Marciano. Por exemplo, um filho de Hercílio, se chama Manoel Hercílio Marciano. Hercílio e Raulino são filhos de Pedro Marciano da Rosa (1886-1969). Pedro, por sua vez, é filho de Marciano da Rosa Luz, que é filho de Antônio da Rosa Luz (1798-1862), que é filho do Sargento Antônio da Rosa Luz, que é filho de José da Rosa Luz, nascido na Ilha do

Pico, Açores. Houve nesse caso a substituição do sobrenome composto que esteve presente em quatro gerações pelo prenome Marciano. Aliás, todos os filhos de Marciano da Rosa Luz utilizarão o seu prenome: Maria Marciana da Rosa, que se casa com Ludovino Dias de Lima; Guilherme Marciano da Rosa, que se casa com Eduvirgem Rosa de Jesus e Pedro Marciano da Rosa, que se casa com Clemência Maria de Sant' Anna.

Eulália Alves Cabral terá filhos a partir de 1885 com o italiano José Damasco e seus filhos utilizarão um nome ou outro: Manoel Alves Cabral, ficará conhecido com Mané Olara, forma de pronunciar Eulália. Antônio Alves Cabral que também será chamado de Antônio Olara e Roque José Damasco, que utilizará o sobrenome do pai. Apesar, de não utilizarem oficialmente o prenome da mãe, é por este nome que ficaram conhecidos, a família Olara (Eulália).

Várias serão as famílias em que o nome permanecerá, apesar de não constar oficialmente nos registros. Por exemplo, em 1894, nasce Francisco João da Silva, filho de João Germano da Silva, que ficará conhecido como Chico Germano, apesar de não ter Germano no nome. O nome Germano identificará mais essa família do que o sobrenome Silva. O mesmo se dará com o irmão de João Germano da Silva, Gasparino João da Silva, nascido em 1897. Hoje todos os seus descendentes utilizam como sobrenome Gasparino das Silva.

Haverá também os casos em que os irmãos utilizam sobrenomes diferentes entre si. De todas as famílias pesquisadas, a família de Manoel Felipe Pereira, conhecido como Mané Patrão, é a que os filhos têm os sobrenomes mais diversos. Manoel, que era filho de Manoel Francisco Pereira e de Maria Lourença da Silva, era neto paterno de Francisco Pedro da Ventura e de Rita Maria de Jesus e materno de Sabino José Pimentel e de Cândida Rosa de Jesus. Manoel se casou em primeiras núpcias com Maria Damiana da Ventura, filha de Laureano Anselmo Soares da Ventura e de Mathildes Damiana da Ventura. Os filhos dessa união se chamarão Wenceslau Francisco do Amaral e Amaro da Ventura. O sobrenome de Amaro era o mesmo da mãe, agora o de Wenceslau não consegui identificar. Provavelmente era o sobrenome do padrinho, que poderia ser o vizinho João Rodrigues do Amaral Borrvalho. Manoel Felipe Pereira se casa em segundas núpcias com Joaquina Maria Lisboa, filha de Manoel Ignácio da Rosa e de Maria Joaquina da Rosa. Os filhos se chamarão: Manoel Pereira da Rosa, Francisca Pereira (que se casou com Themóteo

Antônio Ferreira, que depois se casa com Emília Ferreira e por último com Esmeraldina Peixoto), Gualberto Manoel Pereira, José Manoel Felipe e Genésio Francisco da Rosa. Dessa forma temos sete irmãos com seis sobrenomes diferentes: Amaral, Ventura, Pereira da Rosa, Pereira, Felipe e da Rosa.

Há também o caso em que se adota o sobrenome do padrinho de batismo. Augusto Guimarães da Silva, nascido em 1879, era filho de José Maria de Lima e de Josephina da Silva Lima, recebeu o sobrenome Guimarães da Silva, que era o sobrenome do padrinho de batismo. Porém, os filhos de Augusto utilizarão o apelido Lima.

É lugar comum se dizer que a transmissão do sobrenome paterno é mais importante para os filhos homens. Não é bem assim o que se observa. Por exemplo, o casal Jacinto Laureano de Andrade e Angélica Rosa de Jesus se casaram em 1896. Ele era filho de Laureano Jacinto de Andrade e de Maria Joana da Silva e ela era filha de João Francisco Dias de Lima e de Serafina Rosa de Jesus. Suas duas filhas utilizarão o sobrenome do pai ao qual acrescentarão o sobrenome dos maridos: Josina Andrade da Luz que se casa com Leopoldo José da Luz e Maria Andrade da Luz que se casa com Lindolfo José da Luz. Aliás, aqui se casaram duas irmãs com dois irmãos. Já o filho do casal se chamará Sinfrônio Jacinto Dias, que utilizará o primeiro sobrenome do avô materno.

Muitas vezes também acontece de o sobrenome não ser usado por uma ou duas gerações e depois retornar. Por exemplo, José Francisco Pires, migrado da Freguesia de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Ele veio acompanhado dos pais Manoel Pires e Isabel da Ressurreição e de seus irmãos Rosa Maria, João Martins Lourenço e Francisco Ferreira da Costa. José Francisco Pires se casa com Quitéria Clara da Conceição e seu filho se chamará José Pires Ferreira, nascido em 1773. É importante perceber que um irmão de José Francisco Pires se chamava Francisco Ferreira da Costa. Um filho de José Pires Ferreira se chamará Isidoro Pires Ferreira, trisavô do governador Luiz Henrique da Silveira. Outro filho se chamará Manoel Pires Ferreira, nascido em 1800, e se casará com Senhorinha Maria de Jesus, natural de Santo Antônio. Ela era filha de Leopoldo Martins da Rocha e de Maria Joaquina. Do casamento de Manoel e Senhorinha, que passam a residir em Sambaqui, nasce Manoel da Rocha Pires, em 1838, que dará início ao apelido duplo Rocha Pires. Ele pegou o segundo sobrenome do avô materno e o primeiro do pai.

De qualquer forma, dentre a população da freguesia as referências mais fortes serão o prenome do pai, da mãe ou o prenome mais comum na família. É possível fazer uma distinção clara entre a forma dos luso-brasileiros e dos descendentes de alemães que vivem em Santa Catarina estabelecerem essa relação de pertença. Entre os germânicos, quando se quer identificar alguém se diz: aquele é um Pitz, aquele é um Wagner; aquela Wolff casou-se com um Weber. Entre os lusos brasileiros a relação é de pertença, por exemplo: o filho do João da Finoca se casou com uma da gente do Pequeno. Neste caso, Finoca era a alcunha de Delfina Maria da Conceição, mãe de João Vital Garcia e Pequeno era a alcunha de Luiz Manoel Machado que se casou com Natalícia Catarina Machado. Ao se falar “em gente do fulano”, pode se estar referindo a um filho, neto, sobrinho ou agregado.

Dentre os descendentes de italianos e alemães de Santa Catarina é muito comum fazerem festa de família. Reúnem-se todos os que carregam determinado sobrenome ou se sentem descendentes. Entre os lusos brasileiros fica mais difícil se sentir descendente de alguém que não se carrega o sobrenome. Em Rationes viveu um casal na segunda metade do século XIX que se chamavam João Luiz Machado e Genoveva Leopoldina da Silva. Ele era filho de Luiz Januário de Bitencourt e de Angélica Ana Machado, ela era filha de José Rodrigues da Silva e de Leopoldina Carolina da Rocha. Vejam que ele usava o sobrenome da mãe. Seus filhos se chamarão: Maria Joana da Silva, João Luiz de Bitencourt, Leopoldina Genoveva da Silva, Marcolino João da Silva, José Luiz Machado, Francisca Simphrosia da Silva e Fernando João da Silva. Vejam a diversidade de sobrenomes existentes entre os irmãos. Fernando, por exemplo, se casa com Cândida Francelina de Mello. Deste casamento surgirão os Mello e Silva: Otávio de Mello e Silva, Jorge de Mello e Silva e Aurino de Mello e Silva. Ficarão conhecidos, no entanto, como gente do Fernando. Eram chamados de Otávio do Fernando, Jorge do Fernando e Aurino do Fernando.

Interessante também é perceber como os estrangeiros que aportaram por aqui trataram o sobrenome. Há alguns casos em que passam a utilizar sobrenomes portugueses. Temos três nubentes que declararam ser naturais de Londres: Antônio Bernardo de Souza, Carlos Thomaz Afonso e Henrique José de Simas. Já Carlos Marquesi, natural de Gênova, Itália, terá seus descendentes utilizando o sobrenome Marques. Um caso típico de aportuguesamento do sobrenome.

Dentre os estrangeiros, no entanto, o caso mais interessante será o de James Swan, natural de Baltimore, Estados Unidos da América. Ele se casa aqui em 03 de fevereiro de 1867 com Maurícia Maria Goulart. Nos registros seguintes passará a utilizar o nome de Diogo Guilherme de Sisne. Ou seja, traduziu para o português não apenas o prenome como também o sobrenome. Entre os seus descendentes, por exemplo, a professora Sandra Célia de Cisne, utiliza-se o sobrenome Cisne, Swan em inglês.

Há casos em que se abandona o sobrenome e passa-se a usar o nome da cidade de origem. É o caso do Alferes José Maria da Cunha, natural de Lisboa, que acrescenta o nome da capital portuguesa ao seu nome. Seu filho, também alferes, terá o nome de João Maria da Cunha Lisboa. Já os seus filhos e descendentes abandonaram o nome Lisboa e ficaram só com o Cunha. Já a família Mafra iniciou com José da Silva Mafra, nascido em Mafra, Portugal, que era filho de Domingos Delgado. José abandonou o Delgado e assumiu o sobrenome duplo que perdura há mais de duzentos anos.

Pesquisar encadeamentos genealógicos nesta perspectiva me parece ser a tentativa de utilizar a perspectiva genealógica de Foucault. Os sobrenomes não são o que parecem ser. Não há uma origem remota, inamovível e perfeita onde todos os descendentes daquele ancestral divino, primeiro de seu nome, podem ir beber. Os começos são movediços, móveis, muitas vezes disfarçados. Como, por exemplo, no registro de um batizado de um filho de mãe solteira em que o padre anotou no livro de atos que o inspetor de quarteirão e o povo sabiam quem era o pai.

Há casos em que os registros oficiais informam uma coisa e a tradição oral diz outra. Por exemplo, Raul Francisco Lisboa, segundo os registros paroquiais, nasceu em 15 de setembro de 1888, filho legítimo de Francisco Frederico Lisboa e de Etelvina Justiniana de Andrade Lisboa. No entanto, várias fontes orais, informam que ele foi deixado em um cesto na porta da casa deste casal. Neste caso, ele seria um exposto. Sendo assim, o registro paroquial deveria informar que a criança foi exposta na casa de fulano de tal. Fica a dúvida. Se foi exposto, porque esta informação foi omitida? Se ele era filho legítimo, porque esta tradição oral permanece por mais de um século?

¹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 16

² FLEURY, M. e HENRY, L. Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien. Paris: INED, 1965. Apud AMORIM, Maria Norberta (coord.). Informatização normalizada de arquivos:

Reconstituição de paróquias e história das populações – um projeto interdisciplinar. Universidade do Minho, 1995.

³ AMORIM, Maria Norberta. Demografia Histórica: um programa de docência. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1995. p. 37

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 24

⁵ SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 44

⁶ Ibidem. p. 44

⁷ Ibidem. p. 74

⁸ Ibidem. p. 75

⁹ Ibidem. p. 76